



## **IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL: O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

Luiz Henrique Paranhos de Sousa Rosa 1

Graduando Medicina, PUC-GO, Goiânia- Goiás, psrluizhenrique@gmail.com

Francisca Andreza Passos Silva 2

Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras- Paraíba, franciscaandrezaps@gmail.com

Ayglá Celine Sousa Lima 3

Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité- Paraíba, ayglaceline07@gmail.com

Maria Helena Mascarenhas Pessoa 4

Nutricionista, Universidade Federal do Piauí, Teresina- Piauí, mhmascarenhas001@gmail.com

Ádila Vasconcelos Cavalcante de Oliveira 5

Nutricionista, Residente em Urgência e Emergência, Escola de Saúde Pública do Ceará, Fortaleza- Ceará, adila\_vc@hotmail.com

Xênia Maria Fideles Leite de Oliveira 6

Enfermeira, Faculdade Santa Maria (FSM), Cajazeiras- Paraíba, xeniamariaita@hotmail.com

Uenderson Alivad Oliveira da Silva 7

Enfermeiro, Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Coari- Amazonas, uendersonalivad@gmail.com

Victor Braga Barbosa 8

Graduado em Medicina, Universidade do Estado do Amazonas- UEA, Manaus- Amazonas, victor10pa@hotmail.com

Ágatha Ludmila Santos de Jesus 9

Graduanda em Enfermagem, Universidade Paulista, Aracaju- Sergipe, agathaludm@gmail.com

Thailla Aparecida Picoli Loss 10

Enfermeira, Universidade Paulista, Caruaru- Pernambuco, joycekarollayne.silva@gmail.com



**RESUMO:** A obesidade infantil é uma questão de saúde pública global que afeta milhões de crianças, sendo considerada uma epidemia. O aumento das taxas de obesidade é alarmante, pois está associado a problemas de saúde como diabetes tipo 2, hipertensão e distúrbios psicológicos. Nesse contexto, as políticas públicas são fundamentais para a prevenção e redução da obesidade infantil, com diversas estratégias sendo implementadas. Entre elas, destaca-se a promoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio de programas de merenda escolar balanceada e a restrição da publicidade de alimentos ultraprocessados voltados para crianças. A metodologia deste estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. As buscas foram realizadas na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, com ênfase em bases de dados como MEDLINE, LILACS e Scielo. Utilizaram-se Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) como Atenção Primária à Saúde, Obesidade Pediátrica e Política Pública. Os critérios de inclusão foram artigos completos e disponíveis na íntegra em português, inglês e espanhol, enquanto os critérios de exclusão abrangeram artigos incompletos e aqueles que não atendiam à temática proposta. Ao final, foram selecionados seis artigos relevantes para a análise qualitativa. Os resultados destacam que a obesidade infantil é um problema crescente no Brasil, exigindo políticas públicas eficazes. A APS desempenha um papel crucial na prevenção e controle da obesidade, focando na promoção de hábitos saudáveis e na identificação precoce de riscos. A educação em saúde é uma das principais estratégias, com profissionais orientando crianças e famílias sobre alimentação saudável e atividade física. Programas de acompanhamento nutricional e a criação de parcerias entre a APS e escolas são essenciais para potencializar os resultados. Além disso, a capacitação contínua dos profissionais de saúde e a consideração dos determinantes sociais são fundamentais para abordar as desigualdades que contribuem para a obesidade infantil. Nesse sentido, a redução da obesidade infantil requer ações coordenadas de políticas públicas, destacando o papel da APS como estratégia eficaz. A integração de ações de prevenção e promoção à saúde, juntamente com a educação e monitoramento, pode resultar em melhorias significativas nos hábitos de vida das crianças. É crucial que essas políticas sejam sustentáveis e que envolvam a colaboração de escolas, famílias e comunidades, promovendo um ambiente que favoreça a saúde e bem-estar infantil. As políticas devem focar em garantir acesso a alimentos saudáveis e espaços para a prática de atividades físicas, mitigando assim as desigualdades sociais e melhorando a qualidade de vida das futuras gerações.

**Palavras-Chave:** Atenção Primária à Saúde; Qualidade de Vida; Obesidade Pediátrica; Política Pública.

**E-mail do autor principal:** psrluizhenrique@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é uma questão de saúde pública que afeta milhões de crianças em todo o mundo, sendo considerada uma epidemia global. O aumento das taxas de obesidade



entre crianças é alarmante, pois está associado a uma série de problemas de saúde, incluindo diabetes tipo 2, hipertensão, problemas ortopédicos e distúrbios psicológicos. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel crucial na prevenção e redução da obesidade infantil, com diversas estratégias sendo implementadas para enfrentar essa problemática (Baggio *et al.*, 2021).

Uma das principais abordagens adotadas por governos e instituições de saúde é a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Políticas que incentivam a oferta de alimentos nutritivos em escolas, como a implementação de programas de merenda escolar balanceada, têm se mostrado eficazes. Essas iniciativas visam não apenas melhorar a qualidade da alimentação oferecida, mas também educar crianças e famílias sobre a importância de uma dieta equilibrada. A restrição da publicidade de alimentos ultraprocessados voltados para o público infantil também é uma estratégia relevante, pois ajuda a reduzir a exposição das crianças a mensagens que promovem alimentos não saudáveis (Araújo *et al.*, 2021).

Além da alimentação, a promoção da atividade física é outra área crítica em que as políticas públicas podem ter um impacto significativo. Muitas cidades têm investido em infraestrutura para incentivar a prática de esportes e atividades físicas, como a construção de parques, ciclovias e áreas de lazer. Programas escolares que integram atividades físicas regulares nas rotinas diárias das crianças também são fundamentais para combater o sedentarismo, um dos principais fatores que contribuem para a obesidade. A inclusão de aulas de educação física de qualidade, que promovam a diversão e o engajamento, é essencial para estimular a prática de exercícios (Ferreira *et al.*, 2021).

Outro aspecto importante é o envolvimento da família e da comunidade. Políticas que promovem a conscientização sobre a obesidade infantil e suas consequências, envolvendo pais e responsáveis, podem gerar um impacto positivo. Campanhas educativas que incentivam a participação de toda a família em atividades saudáveis, como cozinhar juntos ou praticar esportes, podem ajudar a criar um ambiente mais favorável à saúde. Além disso, a colaboração com organizações comunitárias pode fortalecer esses esforços, promovendo eventos e atividades que incentivem hábitos saudáveis (Almeida *et al.*, 2020).

A avaliação e monitoramento contínuos das políticas implementadas são cruciais para garantir sua eficácia. Programas que coletam dados sobre a prevalência da obesidade infantil e os hábitos alimentares e de atividade física das crianças permitem ajustes e melhorias nas



estratégias adotadas. Essa abordagem baseada em evidências ajuda a identificar o que funciona e o que não funciona, possibilitando uma resposta mais eficaz às necessidades individuais (Bastos *et al.*, 2020).

Por fim, é importante ressaltar que a redução da obesidade infantil não deve ser vista apenas como uma responsabilidade do governo, mas sim como um esforço coletivo que envolve a sociedade como um todo. O trabalho conjunto entre escolas, famílias, órgãos de saúde e a comunidade é essencial para criar um ambiente que favoreça a saúde das crianças. Ao implementar políticas públicas eficazes e sustentáveis, é possível reduzir significativamente as taxas de obesidade infantil e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das gerações futuras (Corrêa *et al.*, 2020).

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com carácter de estudo descritivo e abordagem qualitativa, em que foi realizada buscas no sistema da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS), na qual foram selecionadas as seguintes bases de dados: Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*. Assim, destaca-se que durante as pesquisas realizadas, foram utilizados os vigentes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Atenção Primária à Saúde, Qualidade de Vida, Obesidade Pediátrica e Política Pública.

Da mesma forma, salienta-se que os critérios de inclusão adotados durante as pesquisas foram: artigos completos, disponíveis na íntegra, provindos do idioma português, inglês e espanhol, que tivessem conexão com a temática abordada. Enquanto isso, os critérios de exclusão empregados foram os artigos incompletos, sem conexão com a temática e que não atendiam a linha temporal exigida.

Com base nisso, destaca-se que para a construção do trabalho foi necessário adotar a estruturação focada em 8 etapas dispostas da seguinte forma: 1) Definição da temática, 2) Elaboração da pergunta norteadora, 3) Definição dos critérios de inclusão e exclusão para o direcionamento das pesquisas a serem realizadas, 4) Definição das bases de dados, para a efetivação das buscas científicas, 5) Seleção dos artigos que se enquadravam no tema, 6)



Análise dos estudos na etapa qualitativa final, 7) Interpretação dos dados obtidos e 8) Exposição da abordagem da temática.

Salienta-se que, mediante a estratégia metodológica aplicada, dispensou-se a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), visto que foram priorizados dados secundários, ou seja, provindos de estudos coletados e averiguados por outra pessoa através de um processo de investigação apropriado.

Desse modo, inicialmente foram encontrados 167 resultados, sem o adcionamento dos filtros. Todavia, posteriormente a aplicação dos parâmetros inclusivos, o número de achados reduziu-se para 25 estudos, e destes, foram lidos os seus títulos resultantes das bases de dados e excluídos os que não condiziam com a temática, restando apenas 06 artigos para a amostra na síntese qualitativa final.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A obesidade infantil é um problema de saúde pública crescente que afeta milhões de crianças ao redor do mundo, resultando em consequências negativas para a saúde física e mental. No Brasil, a prevalência de obesidade entre crianças e adolescentes tem aumentado significativamente nas últimas décadas, o que torna urgente a implementação de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, a atenção primária à saúde (APS) desempenha um papel fundamental na prevenção e controle da obesidade infantil, atuando como a primeira linha de defesa na promoção de hábitos saudáveis e na identificação precoce de riscos associados à obesidade (Ferreira *et al.*, 2021).

A atenção primária à saúde é caracterizada por ser um nível de cuidado acessível, contínuo e integral, que se concentra na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Através de unidades básicas de saúde, a APS é responsável por atender a população, oferecendo orientações e intervenções que podem modificar comportamentos e reduzir a incidência de obesidade. Uma das principais estratégias utilizadas é a educação em saúde, que envolve o trabalho de profissionais, como médicos, enfermeiros e nutricionistas, para orientar pais e crianças sobre alimentação saudável e a importância da atividade física (Baggio *et al.*, 2021).

Programas de acompanhamento nutricional nas unidades de saúde são essenciais para monitorar o crescimento e desenvolvimento das crianças. A avaliação do estado nutricional,



por meio do cálculo do índice de massa corporal (IMC), permite identificar crianças em risco de obesidade e implementar intervenções precoces. A partir desse diagnóstico, é possível elaborar planos de alimentação individualizados e promover mudanças no estilo de vida, que incluam não apenas a melhoria da dieta, mas também o incentivo à prática de atividades físicas regulares (Bastos *et al.*, 2020).

Além disso, a APS pode atuar na construção de redes de apoio e na articulação com outras políticas públicas, como educação e assistência social. A criação de parcerias com escolas para a implementação de programas de alimentação saudável e atividades físicas é uma estratégia eficaz. Ao integrar ações entre diferentes setores, a atenção primária pode potencializar os resultados, criando um ambiente favorável à promoção da saúde infantil. Por exemplo, iniciativas que envolvem a realização de atividades recreativas e esportivas nas escolas, aliadas à oferta de merenda escolar saudável, podem ter um impacto positivo significativo (Corrêa *et al.*, 2020).

Outro aspecto importante é a capacitação dos profissionais de saúde que atuam na APS. O treinamento em questões relacionadas à obesidade infantil, como nutrição, atividade física e comportamentos alimentares, é crucial para que esses profissionais possam oferecer orientações adequadas e atualizadas às famílias. Além disso, a sensibilização sobre a importância da saúde mental e emocional das crianças também deve ser uma prioridade, considerando que a obesidade pode estar relacionada a questões psicológicas, como autoestima e imagem corporal (Araújo *et al.*, 2021).

A atenção primária à saúde também desempenha um papel crucial na promoção de políticas públicas que abordem determinantes sociais da saúde. A desigualdade social é um fator que contribui para a obesidade infantil, e a APS pode ajudar a identificar populações vulneráveis e a desenvolver estratégias específicas para atender suas necessidades. Isso inclui ações voltadas para a melhoria do acesso a alimentos saudáveis, a promoção de ambientes seguros para a prática de atividades físicas e o fortalecimento de redes comunitárias que incentivem estilos de vida saudáveis (Ferreira *et al.*, 2021).

Assim, a avaliação contínua das ações e políticas implementadas na atenção primária é essencial para medir a efetividade das intervenções. Coletar dados sobre a prevalência da obesidade infantil, hábitos alimentares e níveis de atividade física permite ajustes nas



estratégias adotadas, garantindo que elas atendam às necessidades da população de forma eficaz (Almeida *et al.*, 2020).

Finalmente, o impacto das políticas públicas na redução da obesidade infantil através da atenção primária à saúde é significativo e multifacetado. Ao promover a educação em saúde, realizar acompanhamento nutricional, articular ações intersetoriais e capacitar profissionais, a APS se torna um pilar fundamental na luta contra a obesidade infantil. A implementação de estratégias integradas e sustentáveis não só contribui para a diminuição das taxas de obesidade, mas também promove um ambiente mais saudável e favorável ao desenvolvimento das crianças, garantindo um futuro mais saudável para as próximas gerações (Baggio *et al.*, 2021).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conclusão, torna-se crucial as ações de políticas públicas para a redução da obesidade infantil, destacando o papel fundamental da atenção primária à saúde (APS) como uma estratégia eficaz e abrangente na abordagem dessa problemática. As evidências apresentadas ao longo do estudo demonstram que a integração de ações de prevenção e promoção à saúde, aliadas ao fortalecimento da APS, pode resultar em melhorias significativas nos hábitos alimentares e na prática de atividades físicas entre crianças.

A educação em saúde emerge como uma ferramenta central, permitindo que profissionais de saúde orientem famílias e crianças sobre a importância de uma alimentação equilibrada e da atividade física regular. Além disso, a identificação precoce de riscos associados à obesidade, por meio do monitoramento do estado nutricional, é essencial para a implementação de intervenções personalizadas que visem reverter tendências obesogênicas. A articulação da APS com outros setores, como educação e assistência social, também se mostra fundamental, uma vez que a criação de redes de apoio e a promoção de ambientes saudáveis potencializam os resultados das ações implementadas.

Outro ponto destacado é a necessidade de capacitação contínua dos profissionais de saúde. A formação adequada em temas relacionados à obesidade infantil, nutrição e saúde mental é vital para que esses profissionais possam oferecer orientações eficazes e atualizadas, contribuindo para uma abordagem holística que considere não apenas os aspectos físicos, mas também emocionais do problema.



Ademais, o enfrentamento da obesidade infantil requer uma abordagem que considere os determinantes sociais da saúde. A desigualdade social e o acesso a recursos alimentares e espaços para a prática de atividades físicas são fatores que influenciam diretamente as taxas de obesidade. Portanto, políticas públicas devem ser direcionadas para mitigar essas desigualdades e garantir que todas as crianças tenham acesso a condições que favoreçam estilos de vida saudáveis.

Por fim, a avaliação contínua das políticas e das intervenções implementadas na APS é essencial para garantir a eficácia das ações e a capacidade de adaptá-las às necessidades da população. A coleta e análise de dados sobre a prevalência da obesidade infantil, hábitos alimentares e níveis de atividade física são fundamentais para orientar decisões e aperfeiçoar estratégias.

Em síntese, o impacto das políticas públicas na redução da obesidade infantil, com ênfase na atenção primária à saúde, é inegável. A combinação de educação em saúde, monitoramento nutricional, articulação intersetorial e capacitação profissional forma um conjunto robusto de estratégias que pode efetivamente enfrentar essa epidemia. A implementação de ações integradas e sustentáveis não só contribuirá para a diminuição das taxas de obesidade infantil, mas também promoverá um futuro mais saudável e pleno para as próximas gerações.





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. *et al.* Fatores associados ao sobrepeso e obesidade infantil. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 58, p. e4406-e4406, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4406>. Acesso em: 26 out. 2024.

ARAÚJO, G. P. B. *et al.* Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. *Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN*, v. 12, n. 2, p. 167-183, 2021. Disponível em: <https://rasbran.emnuvens.com.br/rasbran/article/view/1891>. Acesso em: 24 out. 2024.

BAGGIO, M. A. *et al.* Obesidade infantil na percepção de crianças, familiares e profissionais de saúde e de educação. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 30, p. e20190331, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/mp3T7RYL7xwqt6ZRgfdQDZh/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.

BASTOS, C. *et al.* Deficiência do aleitamento materno exclusivo como contribuinte para a obesidade infantil. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 17, p. e5757-e5757, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/5757>. Acesso em: 22 out. 2024.

CORRÊA, V. P. *et al.* O impacto da obesidade infantil no Brasil: revisão sistemática. *RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v. 14, n. 85, p. 177-183, 2020. Disponível em: <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1208>. Acesso em: 22 out. 2024.

FERREIRA, B. R. *et al.* Fatores associados à obesidade infantil: uma revisão de literatura. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, v. 25, p. e6955-e6955, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/6955>. Acesso em: 29 out. 2024.